

## AEPET CONTESTA DECLARAÇÕES DA CHEVRON

Fernando Siqueira

No jornal Nacional do dia 18, o presidente da Chevron fez uma declaração vazia: "os engenheiros da Chevron subestimaram a pressão do reservatório". O que quer dizer isto? Nada. O que ele não disse, mas deveria, é que: mesmo já tendo alguns poços em produção, o que fornece a pressão no reservatório, os engenheiros erraram no dimensionamento da densidade da lama de perfuração quando chegaram à zona produtora do reservatório, após 60 dias de perfuração; eles perceberam um Kick de pressão (com perigo de perda de controle do poço), em função, provável, de lama mais leve do que o necessário.



Vazamento de óleo da Chevron na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro (Rogerio Santana/Reuters)

Depois erraram na injeção de lama mais pesada, com pressão acima do suportável pelo reservatório e fraturaram o seu reservatório. Afobados, começaram a injetar uma lama mais densa para controlar o poço. Só que, ao injetar essa lama eles o fizeram com pressão mais elevada do que o invólucro selador do reservatório suportava e, assim, causaram a fissura do mesmo. Portanto, uma sucessão de erros operacionais cometidos e não confessados.

Segundo o Wall Street Journal, a plataforma que está perfurando, é uma plataforma improvisada. Era obsoleta e

funcionava como flotel (hotel flutuante) no Mar do Norte; Foi "alugada" e foi alugada por U\$ 315 mil por dia. Uma plataforma moderna e adequada para essa atividade custa cerca de U\$ 700.000 por dia. No início, a Chevron tentou pôr a culpa na Petrobrás; insinuando que o vazamento era do campo de Roncador. Foi preciso o CENPES analisar o óleo para verificar o DNA do mesmo e identificá-lo como do campo de Frade, desmentindo os irresponsáveis.

Essas são algumas evidências objetivas que mostram que é preciso acabar com os leilões para evitar que empresas aventureiras, predadoras e mentirosas venham fazer no Brasil a mesma devastação que têm feito nos outros países como Nigéria, Equador, Peru, Iraque, Afeganistão, Líbia e até na Amazônia, pois durante os contratos de Risco, nas décadas de 70 e 80 eles perfuraram na Amazônia e deixaram um rastro de destruição.

A Petrobrás já perfurou dezenas de poços nessa e em maiores profundidades, sendo mais de 20 poços no pré-sal e não provocou acidentes, muito menos dessa gravidade, mesmo não contando com essa benevolência da grande mídia.

## SIQUEIRA FALA NA RECORD NEWS



Fernando Siqueira, presidente da AEPET.

Foi ao ar na noite de 08/11 a entrevista com o Presidente da AEPET, Fernando Siqueira na Rede Record News sobre o Pré-Sal e os *Royalties* do petróleo. O jornalista Paulo Henrique Amorim apresentador do Programa "Entrevista Record Atualidades" fez uma série de questionamentos a respeito do posicionamento de Siqueira sobre os *royalties* do petróleo. "Está se buscando um entendimento no Congresso Nacional para que os vários estados e municípios produtores ou não, acabem tendo um tratamento justo e não sejam prejudicados com a nova lei de distribuição dos recursos do petróleo. Com a nova legislação proposta pelo governo Lula houve uma série de avanços em relação à administração FHC que inclusive vendeu ações da Petrobrás na Bolsa de Nova York", disse o representante da AEPET. Amorim perguntou a Fernando Siqueira sobre as ações do período Lula e nos dois mandatos do ex-presidente FHC na questão da internacionalização da Petrobrás. O Presidente da AEPET afirmou que na era FHC, a Petrobrás foi dividida em várias unidades de negócios que deveriam ser desnacionalizadas, mas esta medida foi interrompida pela ação ordinária do Sindipetro/RS assessorado pela AEPET.

Siqueira enfatizou que a discussão dos royalties foi levantada para impedir a aprovação do contrato de partilha. Agora está servindo de biombo para esconder a emenda/contrabando em que o consórcio de produtos paga o royalties mas recebe de volta em petróleo. Amorim disse que vai entrar nessa discussão.

A AEPET deseja  
a todos um  
Feliz Natal

**EDITORIAL:**  
Sinal de Alerta

Página 2

**PETROLEIROS:**  
Assembléia unificada garante estado de greve

Página 2

**MANIFESTO:**  
AEPET e Clube de Engenharia enviam carta à Presidente Dilma

Página 3

**ENTREVISTA:**  
Siqueira fala ao Correio da Cidadania

Página 3

**HISTÓRIAS DO PETRÓLEO:**  
Meu Affair com Walter Link

Página 4



Sinal de alerta

Que o vazamento de petróleo em um poço explorado pela companhia Chevron, na bacia de Campos, sirva de impulso para a revisão da lei do pré-sal, com o objetivo de garantir exclusividade à Petrobras na exploração da área.

A lei, sancionada em 2010 pelo presidente Lula, determina a realização de leilões para definir qual empresa explorará cada poço, mas caberá à Petrobrás o papel de operadora, com 30% da futura sociedade exploratória. O **know-how** da Petrobrás em águas profundas diminui os riscos do processo e garante que o produto seja utilizado em benefício dos brasileiros.

Na época dos debates sobre a nova lei, perguntamos aos assessores do governo Lula por que manter os leilões, e eles responderam que não havia respaldo político na sociedade para acabar com eles. Para isso, seriam necessários pressão popular e povo nas ruas. A AEPET através de seu presidente Fernando Siqueira tem feito 80 palestras por ano justamente para defender essa causa.

Para nós, o acidente da Chevron é de natureza técnica ("sucessão de erros e mentiras"). Não acreditamos que a empresa estivesse tentando atingir o pré-sal ("a sonda que eles estavam usando tem mais de 35 anos e, portanto, é obsoleta para o pré-sal").

Nesta edição reafirmamos também nossa defesa pelo fim dos leilões através de Carta enviada em conjunto com o Clube de Engenharia à Presidente Dilma.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás  
 Tel.: 21 2277-3750 - Fax: 21 2533-2134  
 Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ  
[www.aepet.org.br](http://www.aepet.org.br)

Presidente: **Fernando Siqueira**

Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**

Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**

Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**

Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**

Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**

Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**

Diretor de Pessoal: **Silvio Sinedino Pinheiro**

Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilarde**

Diretor Cultural: **João Victor Campos**

Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-

Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes /

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos

Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco:

Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Editora e Jornalista Responsável: Renata Idalgo - MTB 23489 JP

Reportagem: Julio César Lobo

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Folha Dirigida

Tiragem: 15.900 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

Assembleia aprova proposta da Petrobrás e maiores prejudicados são os aposentados e pensionistas  
**ACORDO COLETIVO: UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA**

Fernando Siqueira

Quando a FUP passou para o lado da Petrobrás e da Petros, por interesse pessoal dos seus dirigentes e contra os interesses da categoria, tomou várias atitudes prejudiciais aos petroleiros: 1) Ficou do lado das duas empresas durante o julgamento da Ação Civil Pública da 18ª Vara, que ela mesma havia impetrado junto com os Sindicatos; foi a favor do Acordo de Obrigações Recíprocas que gerou o calote da dívida de R\$ 10 bilhões da Petrobrás para com a Petros; ajudou a induzir a opção pela repactuação em que os repactuados abriram mão de uma série de direitos conquistados em duras lutas da categoria. Assim, mais da metade dos petroleiros repactuou e passou a ter o seu aumento de benefício corrigido pelo IPCA, o pior de todos os índices.

Em face dessas traições, ficou difícil para os não repactuados combaterem as fraudes salariais que vem ocorrendo sistematicamente. Petrobrás, Petros e FUP não querem deixar que a verdade aflore: se eles cumprirem as leis e os contratos, os não repactuados terão os aumentos iguais aos do pessoal da ativa. Então ficará claro para quem repactuou que foram vítimas de uma imensa covardia. Terão perdidos seus direitos e garantias à toa, pois os repactuados estariam tendo aumentos permanentemente superiores aos deles. A verdade iria aflorar explicitamente e seria o fim da FUP. Sem força na categoria, ela também perderia a perspectiva de novos cargos de gerência.

Portanto, essas ameaças de greve, as falácias de união com a Federação Nacional dos Petroleiros em favor da categoria é tudo encenação que vem se repetindo ano a ano. Ela sabe que os repactuados não têm o que fazer nas assembleias, pois para eles só resta o aumento pelo IPCA. Como os ativos são contemplados com a fraude salarial e recebem um aumento fictício na RMNR, acima do IPCA, eles não têm visão da fraude e perdem o interesse em defender o direito seus e dos aposentados. E vão para as assembleias se posicionar contra os aposentados abrindo uma imensa separação da categoria.

Todos perdem: os aposentados e pensionistas que, ilegalmente, vem seus benefícios achatados; os ativos por terem o seu salário-base comprimido em troca de um aumento fictício na RMNR (que não conta para a aposentadoria) e a Petrobrás, pois essas manobras fraudulentas levam a um achatamento salarial dos ativos de tal maneira que, hoje, o salário da Petrobrás é menor do que a metade do salário das grandes estatais. A ponto do salário inicial do engenheiro ficar abaixo do salário mínimo da categoria.

Assim a Petrobrás se mantém, cada vez mais, na condição de treinadora de técnicos para as suas concorrentes.

Tudo isto faz parte de uma estratégia externa maior: minar a empresa por dentro. No passado a estratégia era desnacionalizar a Companhia. Ficou difícil, a população se manifestou contra a mudança para Petrobrax. Então se mudou a estratégia: implodir a categoria em vários pedaços: ativos, assistidos, repactuados, não repactuados, pós 82, pessoal de 78/79, terceirizados (310.000!). Assim se depreda uma empresa. Assim se enfraquece um País e se o mantém como mero fornecedor de matéria prima. **É PRECISO QUE A CATEGORIA E O POVO BRASILEIRO REAJAM. O ALVO É, CERTAMENTE, O DOMÍNIO DO PRÉ-SAL. O CARTEL ESTÁ POR TRÁS.**

O VAZAMENTO DA CHEVRON

O recente acidente da exploração do campo de Frade pela companhia americana Chevron leva a algumas considerações relativas à ação de órgãos do Governo por ocasião de um evento dessa natureza. Inicialmente, devemos verificar a ação que deveria tomar a ANP, que é o órgão fiscalizador da atividade petrolífera no País.

A ANP não se pronunciou quanto ao fato de a Chevron ter contratado uma plataforma obsoleta para explorar o óleo em águas brasileiras.

Quantas outras plataformas nesse estado estão sendo usadas por empresas multinacionais? A ANP sabe se há outras na mesma situação?

Existe algum plano de contingência por parte das empresas estrangeiras em operação no Brasil para evitar ou minimizar acidentes desse tipo?

Se existe, por que a Chevron não o colocou em prática?

Quais os equipamentos e técnicas disponíveis para serem usados por essas empresas no caso de um acidente semelhante?

Outro órgão que tem obrigação de fiscalizar o trabalho nas plataformas de empresas multinacionais é o CREA, uma vez que temos sido informados da presença de engenheiros estrangeiros, vindos do

exterior para trabalhar nessas plataformas sem a devida regularização. Até o momento não sabemos de nenhuma ação fiscalizadora do CREA.

Além disso, há outros profissionais estrangeiros de nível médio que trabalham nessas plataformas sem preencher os requisitos necessários para exercer tal atividade no país. Cabe aos serviços de imigração fiscalizar e exigir a regularização dessa situação junto às empresas multinacionais.

Finalmente, com relação à distribuição dos royalties, gostaria de ponderar que o estado do Rio de Janeiro, perde muito mais com a cobrança do ICMS dos produtos do petróleo no destino destes, do que se fosse cobrado na sua origem.

Se o ICMS desses produtos fosse cobrado na origem, o estado do Rio de Janeiro ganharia bem mais do que o que perde com a distribuição dos royalties pelos demais estados.



Pedro Carvalho, Vice-Presidente

FIM DOS LEILÕES:

AEPET E CLUBE DE ENGENHARIA ENVIAM CARTA À PRESIDENTE DILMA

No dia 14/11, a AEPET e o Clube de Engenharia enviaram carta à presidente Dilma a respeito do Manifesto pelo Fim dos Leilões que foi lançado em ato público no dia 24/10 durante a solenidade pelos 50 anos da AEPET. Confira a carta

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2011.

A Sua Excelência a Senhora DILMA YANA ROUSSEFF  
 Presidente da República  
 Palácio do Planalto  
 Brasília - DF

Excelentíssima Senhora Presidente da República

No dia 24 de outubro próximo passado foi realizado um Ato Público na sede do Clube de Engenharia no Rio de Janeiro, onde foram comemorados os 50 anos de existência da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET e os 130 anos do Clube de Engenharia.

2. Neste Ato, além do lançamento da campanha O PRÉ-SAL É NOSSO, que tem por objetivo o fim dos leilões de áreas de potenciais reservas de petróleo e gás, foi lido e divulgado um Manifesto assinado pelas duas entidades acima referidas, com este mesmo propósito.

3. O Manifesto foi apoiado por aclamação por todos os presentes e aprovada a sugestão no sentido de que o mesmo fosse encaminhado a Vossa Excelência para que tome ciência do firme posicionamento da AEPET e do CLUBE DE ENGENHARIA quanto à extinção definitiva dos leilões de áreas petrolíferas.

4. É consenso destas entidades que a Petrobrás S.A. - PETROBRÁS tem todas as condições técnicas e financeiras para conduzir com eficiência e eficácia a exploração/produção do petróleo brasileiro.

5. Cumpre observar que a totalidade dos campos de óleo e gás descobertos durante a vigência do monopólio estatal (1953 a 1997) ocorreu

sem a participação estrangeira (a única exceção foi o campo de Marluza, no litoral paulista) e que a descoberta do pré-sal em 2006 deveu-se a locação proposta pela PETROBRÁS (Prospecto Paraty, em 1997), antes portanto da criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

6. Assim, Excelentíssima Senhora Presidente, o Manifesto que ora está sendo dirigido a Vossa Excelência demonstra o vivo anseio dos Movimentos Sociais do nosso País que representam a real vontade de todo o Povo Brasileiro, dono legítimo das riquezas do pré-sal.

Respeitosamente,

Fernando Siqueira  
 Presidente da AEPET

Francis Bogossian  
 Presidente do Clube de Engenharia

# Barulho de Cabral em torno dos Royalties é biombo, diz Siqueira

**Correio da Cidadania:** Como o senhor tem analisado as polêmicas em torno da distribuição dos royalties do petróleo, opondo estados produtores e não produtores em exaustivas discussões parlamentares?

**Fernando Siqueira:** A lei 9478/97, elaborada pelo Fernando Henrique era péssima para o país, pois os produtores ficavam com 100% do petróleo produzido e só pagavam, em dinheiro, os royalties além de uma participação especial quando a produção fosse maior do que 94.000 barris por dia, por campo. Como só a Petrobrás tem uma produção maior do que este valor, só ela paga essa participação, mas apenas uma média de 11%. No mundo, os países produtores ficam com mais de 70% do petróleo produzido. Assim, quando o Pré-Sal foi descoberto, o presidente Lula enviou o projeto que muda o contrato de concessão (a propriedade do petróleo é do produtor) para partilha, em que a propriedade volta para a União.

A Petrobrás é a operadora de todos os campos, ou seja, propôs avanços consideráveis em favor da União. O cartel do petróleo não gostou. E foi pra cima dos parlamentares, apresentando 15 emendas. Uma delas colou: é aquela em que o produtor paga o royalty em reais, mas o recebe de volta em petróleo. Esse cartel tem um time de lobistas, inclusive citados nos telegramas do Wikileaks: O Instituto Brasileiro do Petróleo, a ONIP e a FIESP. Tem ainda o governador Sergio Cabral, seus secretários, o senador Dornelles, a Agência Nacional do Petróleo e Paulo Hartung (ES). Conta ainda com a grande mídia nacional. Cabral e Hartung provocaram a discussão dos royalties para dificultar a mudança, pois Lula não incluía royalties na proposta. "Primeiro vamos retomar a propriedade do Petróleo, para depois distribuí-lo", dizia Lula.

Denunciamos essa emenda/contrabando no Senado e a repercussão negativa foi grande. O relator Romero Jucá retirou-a, mas, sob a pressão do lobby, subrepticiamente, a colocou de volta em quatro artigos: 2º, 10º, 15º e 29. Onde o Projeto de Lei falava em ressarcimento dos custos de produção (é normal, pois o produtor gasta dólares e recebe esses custos em petróleo), Jucá acrescentou: "e do volume da produção correspondente aos royalties pagos" (safadeza, pois o consórcio não paga nada). Assim, ele dificultou a supressão, pois era preciso um partido para cada artigo a suprimir. A nosso pedido, o senador Pedro Simon apresentou uma emenda (art. 64§ 3º) que impedia essa apropriação constante dos quatro artigos. Mas como ele também incluiu a distribuição equânime dos royalties, o lobby aproveitou e fez um grande barulho na mídia.

Resultado, Lula, assustado, vetou o antídoto e deixou o veneno. Como era certa a derrubada do veto e a base governista a considerava um desgaste, buscou-se uma saída. Assim, alguns parlamentares elaboraram um Projeto de Lei do Senado com as mesmas premissas de Simon - só que preservando os ganhos dos estados produtores em valor absoluto -, para evitar a derrubada do veto. Mas a grita/biombo continua para esconder o ressarcimento dos royalties.

**Correio da Cidadania:** O que pensa em particular do 'barulho' que faz o governador do Rio de Janeiro, Sergio

Cabral, em tais discussões, inclusive convocando manifestações populares para defender uma renda que pertenceria por direito aos cariocas?

**Fernando Siqueira:** O barulho do Sergio Cabral, como dito acima, era para dificultar a aprovação do contrato de partilha. Como ele já foi votado e aprovado, Cabral agora quer evitar a supressão da emenda entreguista. Assim, o barulho serve de biombo para esconder o segredo mais bem guardado desta República: a emenda que devolve, em petróleo, os royalties pagos em dinheiro. Se Cabral estivesse interessado em defender o Rio de Janeiro, a atitude tinha que ser de negociação, não de confronto com os estados não produtores. Todos eles querem preservar o Rio. Para ilustrar essas informações, vejamos alguns dados:

I) Na Constituição de 88, o José Serra conseguiu mudar a incidência do ICMS do produtor para o consumidor. O Rio perdeu muito. E, para compensar, ganhou um percentual alto dos royalties. Só que, na época que os royalties começaram a ser cobrados, o montante anual era de R\$ 1 bilhão. Hoje são cerca de 10 bilhões. Em 2020 pode ser o triplo. Não dá para o Rio virar um Abu Dhabi e os demais estados continuarem na miséria;

II) O Rio Perde por ano cerca de R\$ 7 bilhões com a isenção de ICMS devido à Lei Kandir aplicada no petróleo, incorretamente, pois o bem mais cobiçado do planeta não precisa de incentivo para ser exportado. Em 2020 essa perda subirá para R\$ 34 bilhões. É o Brasil subsidiando o cartel, os EUA e os demais países desenvolvidos. Não se tem buscado corrigir essa excrecência;

III) O Rio, hoje, perde cerca de R\$ 8 bilhões por ano com a cobrança errada do ICMS. Pode ser um argumento forte para negociação, mas não está sendo usado. Ou seja, o Cabral e sua turma querem é esconder o benefício da devolução de royalties e da Lei Kandir em favor do cartel internacional e em detrimento do povo brasileiro.

**Correio da Cidadania:** A verdade é que o senhor vem denunciando há tempos estas emendas inseridas no projeto de lei sobre os Royalties elaborado pelo governo Lula, as quais, em um revés para tal projeto original, determinam, como dito, a devolução, em petróleo, dos royalties pagos pelas empresas exploradoras.

**Fernando Siqueira:** Esse ressarcimento é uma excrecência entreguista. É como se a Ford pagasse o IPI e o recebesse de volta em automóveis. O senador Jucá retirou-a em função da repercussão negativa após nossa denúncia através do senador Simon. Só que, sob pressão do lobby, a colocou de volta nos quatro artigos mencionados, para garantir a apropriação indébita do petróleo correspondente aos royalties pelo Consórcio Produtor, em detrimento do país. Seria um volume maior do que as atuais reservas brasileiras, descobertas pela Petrobrás. No mês de junho deste ano, a revista Época fez uma matéria onde diz que Jucá gastou R\$ 15 milhões na sua campanha para a reeleição e declarou só R\$ 1,5 milhão. Diz ainda que os US\$ 13,5 milhões restantes foram pagos em dólar vivo. Mera coincidência? "É, pode ser, com todo o respeito", diria o Ancelmo Gois.

**Correio da Cidadania:** Estão sendo agora tentados vários arranjos para a distribuição dos royalties, após este revés no projeto original de Lula. Diante das atuais circunstâncias, qual seria o arranjo ideal, a seu ver?

**Fernando Siqueira:** O arranjo ideal tem que ser o fruto de uma boa negociação. O Rio tem trunfos bons como os citados acima e pode conseguir se sair bem, sem perdas, mas mantendo um ganho coerente. Como a produção de petróleo vai crescer muito e o preço do barril também, não dá para o Rio receber o percentual atual. O ideal é manter o valor absoluto do ganho atual com a devida correção monetária para que o Rio tenha supridos os seus compromissos a serem pagos com a renda dos royalties. O Rio ganha, hoje, cerca de R\$ 7 bilhões entre royalties e participação especial, por ano. Pode manter esse ganho com juros e correção monetária.

Lembremos que o petróleo do Pré-Sal está a cerca de 300 km da costa. Pelo artigo 20 da Constituição ele é da União. Mas os estados, DF e municípios têm direito a participar dos royalties "de acordo com a Lei", que pode ser negociada. Quem provê as facilidades de produção são as empresas produtoras e, se houver acidente, elas se encarregam de eliminar os seus efeitos. Há benefícios para os estados confrontantes como geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e a instalação de empresas fornecedoras de bens e de prestadoras de serviços. Assim, os estados confrontantes podem se contentar em manter os ganhos atuais, enquanto os demais saem do zero até chegar a um montante próximo ao desses estados confrontantes, em médio e longo prazos.

**Correio da Cidadania:** Setores progressistas defendem a volta do monopólio estatal do petróleo, no lugar do modelo de exploração em que serão combinados concessão e partilha. Acredita que esta discussão ainda esteja ou possa voltar à pauta da nossa nação? Qual seria a importância da retomada deste debate para o nosso país?

**Fernando Siqueira:** Esta discussão está mais atual do que nunca. A Petrobrás, durante 40 anos, acreditou e pesquisou o Pré-Sal. Quando a tecnologia permitiu, ela perfurou e achou, correndo todos os riscos. Lembro que durante 13 anos a área do Pré-Sal esteve entregue às empresas estrangeiras detentoras dos contratos de risco. E elas não arriscaram nada. A Petrobrás é a empresa que mais conhece a tecnologia de águas profundas, visto que foi a primeira a acreditar na existência de reservas nessa profundidade. Portanto, fazer leilão não tem qualquer justificativa ou vantagem para o país.

Imaginemos que essa emenda da devolução dos royalties passe. Pela simulação que fizemos, com o petróleo a US\$ 100 por barril e os custos de produção previstos em US\$ 45 por barril, teríamos o seguinte absurdo: A União ficaria com 28% do petróleo produzido, a Petrobrás, como operadora, ficaria com 21,6% e o líder do Consórcio Produtor ficaria com 50,4%, sem fazer nada (a Petrobrás é quem opera, produz e corre todos os riscos) e sem correr qualquer risco. Por outro lado, se o royalty previsto de 15% for pago em petróleo, sem essa devolução, o Brasil ficará com 43%, livres, a

Petrobras, com 17,1%, e o líder do consórcio, com 39,9%. Sendo que ele despendeu dólares com os custos de produção.

Dá para aceitar, a pior situação? Leilão é sinônimo de desnacionalização do petróleo, inclusive com elevada velocidade de extração, em detrimento dos interesses nacionais, como está ocorrendo em todos os países que privatizaram suas reservas. E o caso Chevron reforça bem essa tese.

**Correio da Cidadania:** O que tem ocorrido de relevante no setor, que não costuma ser noticiado na mídia, especialmente no que se refere aos leilões favoráveis às empresas, nacionais ou multinacionais, e lesivos à sociedade? Quem têm sido os maiores beneficiários desse atual estado de coisas?

**Fernando Siqueira:** Certamente o cartel internacional do Petróleo é sempre o beneficiado. Foi ele que induziu o presidente FHC a fazer a absurda lei 9478/97 que dá 100% do petróleo a quem produz e o direito de pagar somente os royalties e a participação especial, em dinheiro, numa média de 21% no total. No mundo, os países exportadores ficam com uma média superior a 70%, em petróleo, do volume produzido, que é a riqueza real que move as grandes economias e a produção de novas riquezas. O valor pago em dólar é irrelevante para quem imprime dólar sem qualquer lastro.

Vou relatar um episódio recente que ilustra bem a ação dos lobbies, e que só sai no Wikileaks: Uma semana antes de o senador Vital do Rego apresentar o PLS 448 (alternativa à derrubada do veto de Lula), no Senado, eu estava em reunião na AEPET quando recebi uma ligação de um dos parlamentares da comissão que elaborou o projeto. Ele me perguntou a situação dos artigos e como teria que fazer para suprimir esses contrabandos. Quando eu comecei a responder, ele passou o telefone para o assessor legislativo que iria ajudá-los a elaborar o projeto. Ele foi dizendo: "engenheiro, quem pediu essa emenda de devolução dos royalties foi a Petrobrás". Respondi, irritado: "Isto é conversa dos lobistas do IBP. Eu conversei com os diretores da Petrobrás e eles jamais discutiram esse assunto". Ele insistiu: "não, foi o representante da empresa aqui em Brasília". "Outra mentira. O representante em Brasília nunca faria isto sem autorização da Petrobrás. Conheço o bem", eu retruquei. Então ele passou o fone para o deputado, a quem eu adverti sobre a conversa.

Na semana seguinte, preocupado, fui para Brasília. No gabinete do senador Pedro Simon, vimos a leitura da proposta pelo senador Vital do Rego e consegui uma cópia do projeto. Passei a noite lendo o calhamaço do projeto. E descobri duas cascas de banana: o assessor incluiu um artigo que quebrava a espinha dorsal da Lei de partilha. O artigo dizia: "A União poderá fazer 'joint ventures' com empresas mediante licitação". Ora, na nova Lei o ponto alto era a Petrobrás ser a operadora de todos os campos e a nova proposta derrubava isto. Outra safadeza era mudar a configuração do IBGE fazendo com que o Rio deixasse de ser o estado confrontante no Pré-Sal. A maioria desses assessores tem casa no Lago Sul, não por coincidência.

**Valéria Nader, economista, é editora do Correio da Cidadania; colaborou Gabriel Brito.**

# Meu “affaire” com Walter Link” (Continuação da edição 383)

Acyr Ávila da Luz

Em princípio de abril de 1957, imediatamente ao concluir o trimestre de inverno, regressei ao Brasil e no mesmo mês da chegada ao Rio fui designado para uma missão de mapeamento geológico, no longínquo sudoeste do Maranhão (São Raimundo das Mangabeiras).

Talvez também ele, Link, irado com o tom atrevido da carta de um geólogo nativo, perdeu as “estribeiras”, cometendo certas impropriedades em sua carta escrita em 20 de dezembro, das quais destaco:

- 1- Logo no 2º parágrafo escreve:- “In your letter of november 3rd, you asked permission to stay the winter quarter, wich I presume ends in march, and in which you state you need ten more units of advanced course for a Master degree. You did not state, however that this work would give you a Master degree an whether or not after finishing these course, you would need time to write a thesis. You also failed to advise us what thesis would be”. ( “ Em sua carta de 03 de novembro, você pede permissão para permanecer no trimestre de inverno, o que presumo termina em março, e na qual você diz necessitar de dez unidades de cursos avançados para um grau de Mestre. Você não diz, entretanto, que este trabalho lhe dará um grau de Mestrado e se ou não, após terminados estes cursos, você necessitaria de tempo para escrever uma tese . Você sempre falhou em não avisar-nos que tese será”.)

Concordo que fui avaro em dar detalhes de como obteria o “Master”. Mas estava claro que eu, com conquista dos dez pontos que me faltavam, tornar-me-ia apto a receber o grau, desde que me fosse autorizada a frequência no trimestre de inverno.

Se a política rígida do Departamento de Exploração era permitir que os técnicos brasileiros enviados aos Estados Unidos obtivessem o grau de “ Mestre” ou de “ PHD”, os detalhes que Link alega são irrelevantes...

Aliás, a não ser eu que, confesso, por via não muito ortodoxa, (“by-pass” de autoridade), a nenhum geólogo enviado aos Estados Unidos, me toda Getsão Link, foi permitido voltar com um grau de “ Máster”, não obstante o desempenho brilhante de muitos deles e o apoio em seus pleitos pelas respectivas autoridades universitárias.

- 2- O longo parágrafo agredindo a administração anterior do Setex da Bahia, chefiada então pelo competente geólogo Bem Barnes, que logo foi substituído por geólogo americano, não condiz bem com um cidadão civilizado.....

Vou transcrever , na íntegra, mas no final meu comentário será lacônico.

“ You were sent to the U.S.A before the school year began because we wanted you to get acimated to the U.S.A and learn English. You were put on a seismograph crew, not so much to learn the science of geophysis, but to learn and see how a crew in the U.S.A. works together, and to realize that the Part Chief of the crew runs it. Everyone else does what he says as he is the boss. That was not true in the Recôncavo when you were there, but that is now the procedure on all seismograph, gravimeter and geological field party crews. In order for an operation to proceed in an orderly manner a line and a person of authority must be definitely established. This is now the case in all Depex opera-tions”. ( Você foi mandado para os U.S.A antes de o ano escolar começar porque queríamos que você se aclimatasse nos U.S.A e aprendesse inglês. Você foi colocado em uma equipe sísmica , não tanto para aprender a ciência da geofísica, mas para aprender e ver como uma equipe nos U.S.A trabalha unida, e perceber como o Chefe da Equipe a faz funcionar. Todo mundo faz o que ele manda porque ele é o Chefe. Isso não acontecia no Recôncavo quando você estava lá, mas agora é o procedimento em todas as equipes sísmicas , gravimétricas e de geologia de campo. Para que uma operação siga de maneira ordenada, uma linha e uma pessoa de autoridade devem ser estabelecidas. Este agira é o caso em todas as operações do Depex).

Em resumo, toda a doutrinação de Link pode-se enquadrar numa simples frase: - nossa ida aos States visava, antes de tudo, domesticar os indisciplinados geólogos Tupiniquins.

Mas foi um Tupiniquim que, descobrindo a estrutura de Taquipe e recomendando perfuração pioneira, lhe deu a chance da única descoberta de um importante campo de petróleo em toda a sua gestão de 7 anos à frente do Depex: o Campo de Taquipe.

- 3- No ante-penúltimo parágrafo , ele diz que me estando Morales o substituindo, concorda com a permissão dele e escreve: “....but I will tell you honestly that had I been here when your letter of November 28 th was received you would not have received the permission and primarily because of the tone of the letter.” ( ....mas honestamente digo a você , se eu estivesse aqui

quando sua carta de 28 de novembro foi recebida, você não teria a permissão e principalmente por causa do tom da carta).

Sorte minha não ter sido Link quem recebeu a carta que ele amaldiçoou, pois eu estava decidido a deixar a Petrobrás, caso fosse negada a permissão, que ele diz não me daria.

Se isso acontecesse, iria deixar em situação muito incômoda os Diretores Irnack e Neiva. Aliás, nunca soube se Link chegou a reclamar deles por terem atendido meu apelo, considerado no último parágrafo de sua carta, como um reprovável “by-pass” de autoridade.

Será que a “ bronca” que me deu restringiu-se apenas à minha pessoa?

No meu retorno à Petrobrás, no Rio, fui logo agradecer ao Diretor Irnack, em seu Gabinete. Sorridente, abraçou-me e , no seu jeito brincalhão, perguntou-me:

\_ Como é rapaz, como você conseguiu enrolar os gringos para obter este “Máster”?-

Faltou-me na hora presença de espírito para responde-lo:

-Os gringos de lá não enrolei, mas os daqui, sim, com sua ajuda....

Embora tenha havido esse desagradável desentendimento, nunca utilizei essa ‘inimizade cordial’ para fazer coro com os que atacavam, injustamente, o geólogo americano, pondo dúvidas em sua honorabilidade.

Sempre reconheci o mérito de ter ele implantado uma excelente estrutura na exploração, através de um Departamento do porte daqueles das tradicionais grandes empresas de petróleo. Talvez a mais severa crítica que se possa fazer será a insistente, dispendiosa e fracassada campanha exploratória para o petróleo, em uma enorme e difícil Bacia, como a Amazônica, onde se perfurou às cegas, porquanto não havia na época, tecnologia adequada ( especialmente no campo da Sísmica) para a escolha geologicamente correta das locações.

Somente cerca de 20 e 30 anos após a Administração Link- com espetacular progresso da Informática e da Tecnologia dos métodos geofísicos é que a PETROBRÁS veio a descobrir , respectivamente, as jazidas de gás do Juruá e o importante Campo de Urucu, de óleo e gás, na Amazônia Ocidental.



**A AEPET deseja a todos os associados, amigos e colaboradores um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações**

